

LER

história

59

2010

REPÚBLICAS



CULTURAS E PRÁTICAS

PERIGOS DA LEITURA NO FEMININO. DOS LIVROS PROIBIDOS AOS ACONSELHADOS (SÉCULOS XIX E XX)

Irene Vaquinhas

| Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra

83

A formação feminina sob o «bafo pestilencial do romance»

Camilo Castelo Branco

Ao comentar a tradução feita pela educadora Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) do livro *O reino da mulher* escrito por Cordelia, o historiador e político Oliveira Martins condena a influência do romance no espírito feminino e, com veemência, afirma: «Platão expulsava os poetas da República; eu punha de fora do reino da mulher todos os romances»¹.

Este comentário, redigido em finais do século XIX, não se limita a expressar um ponto de vista pessoal mas, pelo contrário, reproduz uma opinião bastante generalizada nos meios cultivados quanto aos efeitos nefastos dos romances e das novelas, a qual persistirá, pelo menos, até meados do século XX. Admite-se que a chamada literatura de «água com açúcar»², ou, de uma forma mais corrente, «cor-de-rosa», constitui uma «diversão insalubre e perigosa»³, comparando-se certos livros a «frascos de veneno marcados com uma caveira; existe neles perigo de morte!»⁴.

Indirectamente, identificam-se as mulheres como as leitoras-tipo desse género literário, junto de quem alcançam grande sucesso editorial, e censura-se a «deficiente educação» que recebem por as converter em criaturas superficiais, indolentes, pouco instruídas e facilmente influenciáveis pelos conteúdos romanescos.

Para o escritor Camilo Castelo Branco (1825-1890) o romance não se limita a constituir uma instância negativa de educação e de formação femininas. Em seu entender, exerce uma influência nefasta sobre os concei-

■ *Agradeço à Doutora Helena Santana todas as sugestões literárias que teve a amabilidade de me indicar. A maior parte dos artigos que serviram de base a este estudo encontram-se elencados no Quadro I.*

1 Oliveira Martins, «O reino da mulher», *Dispersos*, Tomo II, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, p. 151.

2 «Como deve uma filiada da M. P. F. preencher o tempo de férias? Respostas», *Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 2, Junho de 1939.

3 Maria Amália Vaz de Carvalho, «A reacção contra a litteratura immoral», *Cerebros e corações*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira Livraria-Editora, 1903, p. 62.

4 Coccinelle, «Leituras», *Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 57, Janeiro de 1944.

tos estéticos de beleza, ao ditar a moda dos rostos macilentos e das formas delgadas, em substituição das faces viçosas e dos corpos roliços. Ao reportar-se às jovens de meados do século XIX, dirá o insigne escritor que «tinha passado por elas o bafo pestilencial do romance», impondo a «palidez das pálidas e a espiritualidade das magras»⁵.

Quadro I – Periódicos consultados

<i>A Mulher em sua casa. Revista mensal, litteraria e scientifica</i> , Lisboa, 1920.
<i>A Mulher Livre</i> , Centro da Mocidade Republicana Intransigente, Porto (n.º único), 1912.
<i>A Nova Patria</i> , Porto, Anno II, 1912 (n.ºs III a VII); Anno IV, 1914 (n.º III).
<i>A Redenção</i> , Figueira da Foz, (n.º 1-n.º 19), 1909-1910.
<i>A Vida Feminina. Revista quinzenal de educação artistica, intellectual, profissional, physica e doméstica da mulher</i> , Lisboa, Anno I, n.º 1, 15 de Outubro de 1910.
<i>Alma Feminina</i> , órgão do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, (ano 3, n.º 1 a ano 29, n.º 15), 1919 a 1946.
<i>Alma Nacional. Revista Republicana</i> , n.º 1 a n.º 33, 10 de Fevereiro de 1910 a 22 de Setembro de 1910.
<i>Comarca de Arganil</i> (1901-1955).
<i>Educação Social: revista de pedagogia e sociologia</i> , 1924-1927.
<i>Evolução. Pela patria e pela liberdade</i> , Figueira da Foz, n.º 1 a n.º 16, 22 de Agosto de 1909 a 30 de Outubro de 1910.
<i>Jornal da Mulher</i> . Revista quinzenal ilustrada para Portugal, colonias e Brazil, n.º 1 a n.º 63, 5 de Agosto de 1910 a 30 de Junho de 1913.
<i>Livre Pensamento</i> , Coimbra, 1905.
<i>Menina e Moça</i> , Maio de 1947 a Julho/Agosto de 1959.
<i>Mocidade Portuguesa Feminina. Obra das Mães pela Educação Nacional</i> (n.º 1 a n.º 96), Maio de 1939 a Abril de 1947.
<i>Mulheres do Norte</i> , mensário de arte e literatura, Porto, 1925-1927.
<i>O Livro da Mulher. Revista illustrada de conhecimentos uteis</i> , s. d. (tomos 1 a 25).
<i>O Semeador</i> , 1909-1910.
<i>Oito de Julho</i> , Chaves, 1912-1913.
<i>Pão Nosso</i> , Porto, Abril-Setembro de 1910.
<i>Paz e Liberdade</i> , Lisboa, 1909.
<i>Revista do Bem</i> , Lisboa, 1909.

⁵ Gaspar Martins Pereira, *No Porto Romântico, com Camilo*, Casa-Museu de Camilo Castelo Branco / Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1997, p. 55.

Juízos semelhantes, embora não tão radicais quanto ao impacto na compleição física, são partilhados pelo escritor Eça de Queirós (1845-1900). No seu livro *Uma campanha alegre*, ao discorrer sobre a educação da «menina solteira» de Lisboa não poupa críticas aos romances, afirmando, sem reboços: «E depois, o seu espírito, como é educado? Pelo romance, que lhe descreve o amor, pelo teatro que lho dialoga, pela ópera que lho suspira, pela opereta que lho assobia»⁶. As consequências na formação das jovens são, em seu entender, devastadoras: moldadas por sentimentalidades falsas, tornam-se seres «fracos e tenros», «abandonados às fantasias, ao sonho e à chama interior», passivas e «sem determinação nem vontade». Maria da Piedade, personagem central do seu conto «No moinho», corporiza essa alteração de comportamento, ao passar de «senhora-modelo» a uma «Vénus» desmoralizada, por força do «romanticismo mórbido»⁷.

Também Maria Veleda (1871-1955), feminista republicana, aponta o dedo ao romance, envolvendo-o na sua crítica à «mulher coquette, a mulher que vive para o culto da Moda». Acusa-a de perder tempo com a leitura de «romances perversos e se identifica[r] com as personagens inverosímeis de Richebourg e Montépin»⁸. Reporta-se, em concreto, a Jules Émile Richebourg (1833-1898) e a Xavier de Montépin (1823-1902), escritores de nacionalidade francesa com uma copiosa produção na área da literatura sentimental de gosto popular, com livros publicados em colecções de grande sucesso, em Portugal, ao longo do século XIX, como é o caso, entre outras, da «Biblioteca das damas: colecção de romances escolhidos dedicados às senhoras portuguesas e brasileiras», da «Biblioteca serões românticos» ou ainda da «Biblioteca romântica luso-brasileira» (Quadro II).

Já no século XX, são os romances de Delly, pseudónimo colectivo dos irmãos Jeanne (1875-1947) e Frederic Petitjean de la Rosière (1875-1947)⁹, bem como de M. Maryan e Max du Veuzit¹⁰, também pseudónimos de duas autoras francesas com uma produção romanesca de larga difusão na primeira metade do século XX, que se encontram sob a mira dos censores da literatura juvenil feminina, embora se reconheça serem muito apreciados pelas jovens leitoras das classes médias¹¹. Demonstram-no, com eloquência, as reedições suessivas de algumas obras, entre as quais, se pode referir o conhecido romance de Max du Veuzit, *John, chauffeur russo*, um verdadeiro

⁶ Eça de Queiroz, *Uma campanha alegre*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1980.

⁷ Eça de Queiroz, «No moinho», *Contos*, 3.ª edição, Lisboa, Edição Livros do Brasil, sd., pp. 49-63.

⁸ Veleda, Maria, «A mulher através dos séculos», *A Conquista. Discursos e conferencias*, Prefácio do Dr. António José d'Almeida, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, editor, 1909, p. 199.

⁹ www.bibliothequesesuzette.com/Delly.htm (01-09-2010; 12.05).

¹⁰ M. Maryan é o pseudónimo de Marie Rosalie Vierge Cadiou (1847-1927), natural de Brest (França) e Max du Veuzit de Alphonsine Vassasseur-Acher Simonet (1876-1952).

¹¹ Maria Augusta d'Alpuim, «A leitura em férias», *Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 51, Julho-Agosto de 1943.

sucesso de vendas, que, no final da década de 1950, já alcançara, em Portugal, a 11.^a edição¹², ou o romance *Anita* de M. Delly que, pela mesma época, chegaria à 10.^a edição¹³.

Quadro II – Alguns livros de autores de romances sentimentais

Jules Emile Richebourg	1833-1898	Dramas modernos; A avó; As duas mães; A esposa; A filha maldita; Mãe e rival; Mamã Rosa; A toutinegra do moinho; A mulher fatal; A herança inesperada; O marido; Rosinha; Segredo de mãe; A irmãzinha dos pobres. Romance de grande sensação com bonitas ilustrações originais; Fatal amor.
Xavier de Montépin	1823-1902	Os antros de Paris: grande romance da actualidade; O castelo dos espectros; Os cavaleiros do punhal; A cigana; Os Ciganos da regencia. Primeira parte. A rainha do Sabá; As primeiras núpcias; Os Ciganos da regencia. Terceira parte. Mademoiselle Lucifer; As tragédias de Paris; Esmeralda & C ^a ; O modelo vivo; Mulheres de bronze; As tragédias de Paris; La porteuse de pain.
M. Maryan	1847-1927	Dionísia (Romance); Orgulho de raça. Tradução portuguesa.
Delly	1875-1947; 1876-1949	Juventude sequestrada. Romance; A exilada; Dans les ruines; A casa dos rouxinóis; A freirinha; A acusadora II (A casa das belas colunas); Educação do amor; Flor do lar flor do claustro; Aélis; Almas perturbadas; O covil das feras; Escondida na floresta; Entre duas almas; Benedita.
Max du Veuzit	1876-1952	Um mari de premier choix; Fille de prince. Roman; La jeunette; John, chauffeur russo. Romance; O segredo de Montjoya. Romance.

Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Biblioteca Municipal da Figueira da Foz.

O romance é, assim, encarado, por numerosos autores, como potencialmente perigoso e um factor de alienação e de desvio moral. Elevado a «inimigo» da mulher, ou melhor, da mulher como se pretendia que ela o fosse, atribui-se-lhe capacidades corruptoras, capaz de distorcer as

¹² Max du Veuzit, *John, chauffeur russo: romance*, 11.^a edição, Lisboa, Romano Torres, 1959. Este romance continua a ter, nos anos seguintes, várias reedições: em 1965 a 13.^a; em 1968, a 14.^a; em 1971, a sua 15.^a edição.

¹³ M. Delly, *Anita*, 10.^a edição, tradução portuguesa de Sousa Martins, Lisboa, sn., 1957.

mentes, chegando a ser qualificado de «haxixe ou ópio das mulheres» por suscitar a evasão da realidade e abrir horizontes desconhecidos para além do tradicional mundo doméstico. A possibilidade de identificação que os romances deixam em aberto às suas leitoras era visto como uma ameaça, susceptível de despertar na jovem a recusa dos padrões sociais impostos pela ideologia dominante quanto ao papel e ao lugar da mulher na sociedade.

Nesta perspectiva, mais do que as «leituras que pervertem e degradam», ou seja, os livros «pornográficos» que causam uma «viva impressão de nojo» mas que se reconhecia não terem lugar nas bibliotecas femininas, são os romances de amor que corporizam o perigo da leitura, em particular, todos aqueles que, sob a aparência de «um ar quase inocente», podem ser servilmente copiados, «sem grandes escrúpulos de consciência», como se escrevia, nos anos 1940, nas revistas da *Mocidade Portuguesa Feminina*¹⁴, organização oficial do Estado Novo.

No que toca a esta questão, os textos historiográficos manifestam grande sintonia, ao longo do período que se estende do último quartel do século XIX a meados do século XX, independentemente do regime político que os enquadra. Tanto sob a monarquia constitucional (1820-1910) como durante a I República (1910-1926) ou na vigência do Estado Novo (1933-1974) se condenam os romances sentimentais e se manifesta a mesma veemência em mantê-los afastados das «estantes da mulher»¹⁵. Já no plano dos princípios e das práticas de actuação, se registam diferenças significativas, as quais remetem para posições doutrinárias adversas no terreno político e religioso, bem como para factores de género, uma vez que a valência diferencial dos sexos, na expressão de Françoise Héritier¹⁶, se espelha nas produções literárias, sobretudo oitocentistas.

Importa, pois, enquadrar, em termos históricos, as críticas produzidas, de modo a avaliar do impacto na formação feminina do «bafo pestilencial dos romances», como escrevia Camilo Castelo Branco, em meados do século XIX¹⁷, e distinguir entre a retórica e a realidade.

14 Maria Augusta d'Alpuim, «A leitura em férias», *Mocidade Portuguesa Feminina*, n.º 51, Julho-Agosto de 1943.

15 A expressão «Estante da Mulher» intitula, nos periódicos femininos tanto da I República como do Estado Novo, rúbricas sobre livros recomendados e respectivas críticas literárias. É o caso, entre outras que se poderiam citar, das revistas *Modas & Bordados*, *Revista Feminina* e da *Alma Feminina*.

16 Françoise Héritier, *Masculin / Féminin. La pensée de la différence*, Paris, Éd. Odile Jacob, 1996, p. 27.

17 Gaspar Martins Pereira, *No Porto Romântico...*, p. 55.

Da condenação do romance como «veneno social» à sua reabilitação como instrumento pedagógico

88

Seres sugestionáveis, intelectualmente fracos e pouco instruídos é a imagem-tipo da leitora de romances partilhada pela grande maioria de autores que abordam o tema, na transição do século XIX para o século XX. Sob a aparência de observadores imparciais da realidade, adoptam uma estratégia discursiva de conteúdo crítico, a qual, dirigindo-se prioritariamente às mulheres, visa, em última instância, denegrir os escritores que estas lêem, desvalorizando a sua escrita, negando-lhes a qualidade de escritores profissionais e remetendo-os ao estatuto de 2.^a ou 3.^a categoria. Confrontados com o sucesso comercial dos seus concorrentes, contestam as suas capacidades literárias e emitem juízos depreciativos, embora, com polida reserva, omitindo nomes ou fulanizando as críticas.

Na base desta potencial ameaça parece residir o que alguns autores qualificam como um verdadeiro fenómeno literário do período da *belle époque*: a emergência, a partir de 1890, de uma plêiade de mulheres de letras, sobretudo em França, que se dedica ao romance, género até então considerado masculino¹⁸. O seu rápido reconhecimento público provoca reacções de hostilidade, senão mesmo de misoginia, sobretudo por parte de autores anti-feministas, que interpretam a entrada das mulheres no «santuário viril das letras» como uma forma de contestação da tradicional hegemonia masculina na sociedade¹⁹, associando-a às reivindicações feministas de liberdade individual e de igualdade de direitos. A coincidência cronológica com os movimentos de mulheres que, por toda a Europa e nos Estados Unidos da América, ganha força e combatividade, agrava essa suspeita e radicaliza a hipotética intrusão feminina²⁰.

Em rigor, as romancistas nunca constituíram uma séria ameaça ao desempenho profissional da escrita, demonstrando os estudos disponíveis a sua fraca representatividade numérica no mundo das letras, no dealbar do século XX²¹. A crispação que suscitam deve-se interpretar, segundo André Rauch, como uma forma de receio de «perda identitária» por parte do sexo masculino, na sequência, entre outros factores, do

18 Gabrielle Houbre, «La belle époque des romancières», *Masculin / Féminin. Le XIX^e à l'épreuve du genre*, Textes réunis et présentés par Chantal Bertrand-Jennings, Toronto, Centre d'Études du XIX^e siècle, 1999, pp. 183-197.

19 O dirigente Charles Maurras (1868-1952) da *Action Française*, movimento político e ideológico anti-liberal e anti-democrático, qualifica a emergência feminina no mundo das letras de «revolta das mulheres» (Cfr. Nelly Sanchez, «La romancière française de l'entre deux guerres (1919-1939)», wifis.edublogs.org/.../nelly-sanchez-la-romanciere-francaise-de-le28099entre-deux-guerres-1919-1939.pdf (03-09-2010; 10.45).

20 Annelise Maugue, «Littérature antiféministe et angoisse masculine au tournant du siècle», Christine Bard (dir.), *Un siècle d'antiféminisme*, Préface de Michelle Perrot, Paris, Fayard, 1999, pp. 69-83.

21 Gabrielle Houbre, «La belle époque des romancières», pp. 184-185.

acesso das mulheres a determinadas actividades consideradas exclusivas daquele sexo²².

Já o sucesso editorial das romancistas beneficia, em larga medida, do avanço progressivo da alfabetização feminina, sobretudo a partir do último quartel de Oitocentos, do aumento do poder de compra, do aparecimento das indústrias culturais de edições de grande tiragem, bem como da disponibilidade de tempo de que usufría a maior parte das mulheres das classes médias. Dedicadas ao lar, onde permaneciam no âmbito das suas funções domésticas, como donas de casa, podiam-se dedicar à leitura, entendida como uma distracção acessível. Paradoxalmente, essas características serão exploradas, em termos comerciais, sobretudo no período pós-I Grande Guerra, por uma nova vaga de autores de romances «cor-de-rosa» que escrevem para o público feminino, como é o caso de Delly, M. Maryon ou Max du Veuzit, entre outros nomes que se poderiam mencionar. Rainhas do folhetim sentimental e do romance popular correspondem a um outro «modelo» de romancista, identificada por Ellen Constans como «operárias das letras», por fazerem da escrita de romances, remunerados à página, ganha-pão e meio de vida²³.

Ao tempo seria muito questionada a legitimidade dessa «literatura industrial», produzida como mercadoria e de acordo com as leis do mercado, como era depreciativamente classificada pelos seus detractores, por se afastar dos ideais artísticos da literatura institucional.

É, por conseguinte, num contexto de confrontação entre a cultura erudita e a cultura popular ou, por outras palavras, entre a literatura de elites e a literatura massificada e de grande consumo, que se devem enquadrar as críticas dirigidas à mulher leitora de romances.

Em Portugal, a entrada das mulheres no campo literário, nos finais do século XIX, também suscitou reacções por parte de autores de ambos os sexos. Para além de escritores consagrados da Geração de 70, refira-se o caso, entre outros, da educadora e ensaísta Maria Amália Vaz de Carvalho, a qual dá voz a pontos de vista conservadores, senão mesmo anti-feministas, o que não deixa de ser um pouco paradoxal, como escreve a investigadora Ana Maria Costa Lopes, por se tratar de uma autora que muito se bateu pela instrução feminina num período de profundas transformações sociais²⁴.

Num pequeno ensaio intitulado «As mulheres na literatura actual em França» insurge-se contra a «invasão da mulher nos domínios que o homem,

22 André Rauch, *Crise de l'identité masculine 1789-1914*, Paris, Hachette Littératures, 2000, pp. 249-251.

23 Nelly Sanchez, «La romancière française...»; Leriche de Castro Garzoni, «Ouvrières des lettres», [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104...script=sci...\(07-10-2010; 20:53\)](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104...script=sci...(07-10-2010; 20:53)).

24 Ana Maria Costa Lopes, *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*, Lisboa, Quimera, 2005, pp. 579-582.

até aqui, orgulhosa e exclusivamente, se destinava», esclarecendo, ainda, que aquela não só «concorre com o homem, mas o está [...] destronando em determinadas regiões de arte: o romance por exemplo»²⁵. Embora admita que algumas escritoras possuem indiscutível talento, utilizam-no, em seu entender, «de uma maneira lamentável», depreciando o «sentimento individualista» que deixam transparecer nas narrativas romanescas ou questionando os modelos femininos das protagonistas ficcionais, assim como a frontalidade na abordagem de alguns temas, como é o caso, entre outros, da análise dos sentimentos amorosos e das relações entre os sexos, dos conflitos entre a vida privada e as carreiras profissionais, da «cruzeza» nas referências ao amor físico e aos comportamentos sexuais.

Manifesta, por conseguinte, um profundo mal-estar relativamente à ousadia revelada pelas escritoras cuja obra literária comenta²⁶, e interpreta-a como um sintoma da sua virilização. Aos seus olhos, o discurso transgressivo é impróprio e inadequado à mulher, cuja condição exige modéstia, sensibilidade e decoro. Ao apontar nas escritoras a falta de «pudor», «o encanto supremo da mulher» em seu entender, inclui-as na categoria de «seres híbridos»²⁷, meras caricaturas desnaturadas de mulheres.

A hostilidade que transparece das suas palavras tanto reflecte a questão muito debatida ao tempo da suposta ausência de génio criador no sexo feminino²⁸, como o receio desmesurado de masculinização da mulher, corporizado no esteriótipo da intelectual como um ser sem graça nem formas, solteirona e que rompe com a construção do feminino convencionalizado pela ideologia dominante²⁹, que exigia à mulher «virtude, sim; ciência, pouca ou nenhuma»³⁰. Neste aspecto, Maria Amália nada inventa, limitando-se a reactualizar velhos preconceitos sexistas que associam a escrita feminina

25 Maria Amália Vaz de Carvalho, «As mulheres na literatura actual em França», *Cerebros e corações*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira Livraria-Editora, 1903, p. 153. Num outro ensaio, nesta mesma obra, a autora aborda a questão da «moralidade na literatura», esclarecendo que, em sua opinião, «a literatura francesa é a que mais baixo desceu», «A reacção contra a litteratura immoral...», pp. 57-65.

26 Em concreto, Maria Amália Vaz de Carvalho debruça-se sobre a obra literária de Marcelle Tinayre (*La maison du péché*), de Mme. Henry de Regnier (*L'inconstante*) e da Condessa Mathieu de Noailles (*La nouvelle espérance*). Todas estas obras estão disponíveis em bibliotecas da Universidade de Coimbra, na sua língua original, existindo, igualmente, outros livros destas autoras, como é o caso de *Madeleine au miroir: journal de une femme* (13.^a edition, Paris, Calmann-Levy, 1912 (?), de Marcelle Tinayre ou vários romances de Henri de Régnier (*Les amants singuliers; Le bon plaisir. Roman e Casanova chez Voltaire*), entre outros.

27 Maria Amália Vaz de Carvalho, *Cerebros e corações*, p. 157; 163.

28 Acerca dos preconceitos que recaíam sobre a mulher-autora vejam-se, entre outros, Jeanne Goldin, «Femme-auteur et réflexivité. Madame de Genlis», e Megan Burnett, «Prescrire la femme. Stratégies et autorités narratives dans les texts prescriptifs au dix-neuvième siècle» *Masculin / Féminin ...*, pp. 41-71; 73-88.

29 Sobre a problemática da escrita feminina e dos respectivos estereótipos veja-se, entre outros, Margarida Esteves Pereira, «Romancear a identidade feminina. A influência de Charlotte Bronte em Cláudia de Campos e Sara Beirão», *Cadernos do Noroeste*, vol. 17 (1-2), pp. 173-186.

30 Ana Maria Costa Lopes, *Imagens da mulher...*, p. 575.

à aquisição de atributos masculinos, os quais remontam, pelo menos, ao século XVII, no momento em que Molière alcunhava de *pedantes* as mulheres que tinham veleidades literárias. Já no decurso de oitocentos, eram mais comuns os epítetos de *sabichona* ou *doutora*, pronunciados em tom de troça ou de sátira.

Depreende-se que, em seu entender, cabe à mulher viver grandes paixões mas não lhe compete, nem é adequado à sua posição subalterna na sociedade, exteriorizá-las, devendo estas ser mantidas em segredo, escondidas no fundo do coração. Nesta matéria, a educadora acerta o passo pela visão tradicional da mulher, segundo a qual lhe é exigido o controlo dos comportamentos e das posturas corporais. Renunciar, sacrificar-se, ser comedida, prudente e discreta, «ceder nas pequenas coisas», andar sem ruído são algumas das prescrições reiteradamente repetidas às jovens e ensinadas desde tenra idade, através de um subtil processo de interiorização que valoriza o auto-ocultamento feminino³¹.

Ao contraporem, no registo ficcional, um novo tipo de mulher, afectiva e intelectualmente activa ou que não se conforma com os valores morais respeitáveis, as romancistas afiguram-se subversivas, devendo, por isso, os seus livros ser banidos das leituras femininas.

Apesar das transformações sociais em curso, acompanhando o crescimento económico e a ascensão da burguesia, com impacto directo na condição feminina (entrada progressiva no mercado de trabalho, necessidade de ampliação da instrução e acesso a novas profissões, sobretudo no sector dos serviços, entre outros aspectos)³², insistia-se numa visão passadista da mulher, como um ser frágil, dependente e incompleto, incapaz de resistir às tentações do romance.

Contra esta visão da mulher, em geral, e da leitora, em particular, manifestam-se alguns autores, sobretudo de filiação republicana que, ao invocarem o princípio da igualdade, contestam o papel subordinado da mulher na sociedade e insistem na sua maioridade, pessoal e social. Ao conferir-se, em termos doutrinários, uma maior individualidade à mulher, como sujeito de direito, esta era equiparada ao homem no que respeita ao pensar e ao agir, perdendo fundamento a argumentação que minorava as suas capacidades críticas.

Partilha deste ponto de vista, o maçom e republicano César Porto (1873-1944), uma das figuras cimeiras da pedagogia portuguesa da primeira

31 Irene Vaquinhas; Maria Alice Pinto Guimarães, «Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa», *História da vida privada em Portugal*, 3.º vol. – De 1820 a 1950 (no prelo).

32 Irene Vaquinhas, «"Miserável e gloriosa": a imagem ambivalente da mulher no século XIX», *Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX*, Lisboa, Colibri, 2000, p. 25.

metade do século XX, tendo sido um dos impulsionadores da *Educação Nova*³³. Num artigo publicado, em 1926, sob o título «A pedagogia pelo romance», desconstrói as teses defendidas por Maria Amália Vaz de Carvalho e por toda a Geração de 70, as quais se lhe afiguram terem como intenção impedir o progresso e inviabilizar a igualdade, ao afirmar taxativamente que «se alguém pensa que à mulher, que é quem faz uso mais ardente das obras fantasiosas, a poesia perturba os nervos e o romance de equilibra o senso prático – seja na vida conjugal, seja nas ocupações comezinhas [...] raciocina erradamente», adiantando mais à frente que «há maus livros, quem o duvida? Só é forte, porém, o seu efeito nos entendimentos transvertidos e nos temperamentos perversos»³⁴.

Defensor de práticas lúdicas e artísticas no magistério escolar, considera que as obras imaginativas, entre as quais inclui o romance, constituem um meio de aprendizagem das «coisas da vida». No que respeita às mulheres, as «pobres emparedadas» na sua definição, facultalhes «[...] conhecimentos que a tradição lhes nega [...] pondo-as em contacto com a prática, com a profissão, com o trabalho [...]»³⁵.

Embora César Porto não proponha qualquer romancista em particular, um outro autor, também de filiação republicana, Luís de Almeida Nogueira, aponta, como fundamentais, as obras dos «grandes socialistas – ou melhor humanistas geniais», entre os quais inclui Leão Tolstoi (1828-1910), distinguindo o seu romance *Ressurreição* «pela alta compreensão que tem da dignidade e do progresso da mulher»³⁶. No campo das leituras femininas, a sugestão deste autor vai ao encontro das recomendações de «livros a ler» dados pelo escritor e poeta Guerra Junqueiro (1850-1923), também republicano tendo sido ministro da I República, à actriz Mercedes Blasco. Em nota de leitura recomendara-lhe, entre outras obras, as «*Doutrinas do Conde de Tolstoi*, de J. de M. de Lima»³⁷, provavelmente pelo facto do grande escritor russo constituir um referente adequado à apreensão dos comportamentos humanos, o que se compagina com o humanismo fraterno que animou a ideologia republicana.

33 Cláudia Castelo, «César Porto», *Dicionário de Educadores Portugueses*, dir. de António Nóvoa, Lisboa, Asa, 2003, pp. 1114-1117.

34 Cesar Porto, «A educação pelo romance», *Educação Social. Revista de Pedagogia e Sociologia*, 3.º ano, n.º 4 (55-56), 15 de Abril de 1926.

35 *Idem, ibidem*.

36 Luiz d'Almeida Nogueira, «Questões feministas. A mulher moderna», *A Mulher e a Criança*, n.º 13, Ano I, Junho de 1910.

37 Entre outras obras, o escritor Guerra Junqueiro sugeriu à actriz a leitura de «romanceiros e cancioneros», livros de «vulgarização dde ciências naturais, geologia, astronomia, botânica», os Evangelhos e, como livros de cabeceira, «A vida de Cristo» e «A Vida de Buda» (Mercedes Blasco, «Amor e litteratura», *Memorias de uma actriz*, 2.ª edição correcta e aumentada, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Ribeiro, 1908, pp. 85-91).

O romance é, assim, reabilitado como um instrumento de uma pedagogia inovadora e activa, por oposição ao ensino tradicional, baseado na memória.

No que toca especificamente ao sexo feminino, os autores mencionados consideram que o romance sentimental abre horizontes e ajuda a transpor a clausura doméstica, ao funcionar como uma espécie de escola de civildade que mostrava a incoerência dos condicionalismos culturais impostos à mulher, a quem uma instrução correcta podia converter num sujeito autónomo e racional, atitudes intelectuais adequadas à participação social e política na lógica positivista republicana. A «maioridade» feminina atingia-se pela instrução, factor determinante da valorização pessoal.

Nesta matéria, César Porto limita-se a reproduzir um lugar-comum da retórica republicana que atribuía à escola a capacidade de formar o «homem novo» (e naturalmente também a «mulher nova»), condição imprescindível para produzir a sua emancipação³⁸.

O seu pensamento, que está longe de ser partilhado por alguns sectores republicanos mais conservadores, vai ao encontro das tomadas de posição de autoras feministas que, nos anos 30, pugnam pela intervenção cultural dos intelectuais, de ambos os sexos, na reforma da sociedade e na construção da cidade do futuro³⁹, avançando relativamente às reivindicações do feminismo de primeira vaga, na transição do século XIX para o século XX, que se batia pela valorização da função social da mulher, pela revisão da sua situação familiar e profissional, e, em alguns casos, também política, ao exigir o direito de voto. A «nova mulher» era descrita como «aquela que trabalha, que alimenta a inteligência, que se interessa pela cultura, cooperando na descoberta de novos ideais»⁴⁰, afastando-se do paradigma de ociosidade e de deficiente educação da leitora-tipo de romances sentimentais.

Este ponto de vista estava, porém, longe de ser consensual, entre as elites intelectuais e políticas nacionais. O reforço de posições conservadoras com a institucionalização do Estado Novo, a partir de 1933, que clama pelo regresso da mulher ao domínio exclusivo do lar, terá consequências na forma de encarar o romance sentimental.

O reconhecimento do seu peso nas leituras femininas, sobretudo entre as jovens em período de férias escolares, condicionará a sua orientação ideológica no sentido de reforço de valores moralistas, em estreita conso-

38 Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.º vol., Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, pp. 449-464.

39 Zília Osório de Castro, «Os intelectuais e o feminismo», *Revista de Historia das Ideias*, vol. 24 (2003), pp. 459-460.

40 *Idem*, *ibidem*, p. 469.

nância com o projecto político relativo às mulheres defendido pelo regime estadonovista de retorno ao lar.

A tentativa de imposição de um projecto doutrinário totalizante para a juventude portuguesa, tanto masculina como feminina, passaria também pela orientação ideológica das respectivas leituras, de acordo com o papel e as funções atribuídas a cada sexo na sociedade. A formação das futuras mulheres/mães, como esteio da família, célula base do corpo social e instância de regulação fundamental entre o individual e o colectivo na lógica do Estado Novo, apela sobretudo à sua responsabilidade moral, mais do que à sua instrução propriamente dita.

O retorno ao romance moralista

A análise das obras literárias recomendadas às jovens em algumas das publicações oficiais da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), caso do *Boletim da MPF*, cuja edição vai de 1936 a 1946, bem como da revista *Menina e Moça*, iniciada em 1947 e finalizada em 1974, no momento em que a Revolução de Abril pôs fim ao regime político vigente, permite captar os valores que se propunham no campo privado feminino (Quadro III). Em rigor, a Mocidade Portuguesa Feminina foi criada pelo Estado Novo, no ano de 1937, sob a tutela do Ministério da Educação Nacional⁴¹, tendo sido inspirada em organizações congéneres europeias, tanto da Itália fascista como da Alemanha nazi ou da Espanha franquista⁴². Era de inscrição obrigatória para as raparigas portuguesas, do ensino escolar e secundário, situação que se manteve até ao termo da II Grande Guerra, tornando-se, a partir dos anos 1950, voluntária, tendo sido extinta pela revolução de Abril de 1974.

Estas revistas, que se destinavam a públicos distintos, sendo o *Boletim* direccionado para as filiadas, enquanto a *Menina e Moça* pretendia chegar a «todas as raparigas de Portugal»⁴³, tinham uma periodicidade mensal e serviram de veículo doutrinário na transmissão da ideologia nacionalista e

41 A *Mocidade Portuguesa Feminina* foi criada pela *Obra das Mães pela Educação Nacional* (OMEN) tendo, como objectivo, segundo o Decreto de 8 de Dezembro de 1937, «estimular nas jovens portuguesas a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social no amor de Deus, da Pátria e da Família». Através da «educação moral, cívica, física e social» pretendia-se formar, desde a infância, «a nova mulher», boa, católica, futura mãe «prolífica» e esposa obediente (Cfr. Irene Flunser Pimentel, «Mocidade Portuguesa Feminina» in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito, 2.º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 609).

42 É o caso da *Opera Nazionale Balilla*, na Itália de Mussolini, ou da *Secção Feminina da Falange*, em Espanha, durante a governação do General Franco.

43 Irene Flunser Pimentel, *Contributos para a história das mulheres no Estado Novo. As organizações femininas do Estado Novo. A "Obra das Mães pela Educação Nacional" e a "Mocidade Portuguesa Feminina" 1936-1966*, 2.º vol., Dissertação de mestrado, Lisboa, 1996, p. 519.

cristã do regime. No *Boletim*, os artigos sobre leituras recomendadas não tinham qualquer regularidade de publicação, sendo assinados por vários autores ou escritos por leitoras. A partir do ano de 1947, no momento em que a revista é substituída pela *Menina e Moça*, a escritora e jornalista Maria de Carvalho (1889-1973)⁴⁴, passa a ter a seu cargo a rubrica «Leituras» que viria a assumir regularidade e peso no aconselhamento literário das jovens leitoras, sendo-lhe reservada uma página, pelo menos nos meses de Verão, dedicada à leitura em período de férias escolares.

Quadro III – Alguns dos autores e dos livros recomendados nas revistas da Mocidade Portuguesa Feminina (1941-1954)

Autores recomendados	Livros recomendados
Bazin	Le blé qui lève
Bordeaux	Medo de viver
Pearl Buck	Vento do Oriente, vento do Ocidente
Selma Lagerlof	Coisas da vida de uma mãe cristã; Os sete pecados mortais
Berthe Berage	Brigitte
Marquesa de Rio Maior	Memórias
Menezes	Contos
Júlio Verne	livros de viagens
Padre Plus	Face à la vie
Bernardo de Vasconcelos	A missa e a vida interior
Martial Lekeux	Sainteté et homme volonté
Beaudenon	sem especificação
Rev. Luís Moreira de Sá	Apostolado
Elaine Sanceau	Henrique, o Navegador
E. M. William	Maria, Mãe de Jesus
Maria Teresa Andrade Santos	Manta de farrapos
Plínio Salgado	A mulher no século XX
Padre Augusto Durão Alves	Rapariga ideal
Sara Pinto Coelho	Confidências de duas raparigas modernas
Miguel Trigueiros	Deus
Maria Sticco	O dever e o sonho
Virgínia Lopes de Mendonça	Ar Puro
Madre Catarina de Jesus Cristo	À cabeceira dos que sofrem
Luísa Grande Lomelino de Freitas	Dias que já lá vão
Maria de Fátima	Os filhos do Doutor Vasconcelos
Bernardo Moreira de Sá	In memoriam
Branca de Gonta Colaço	Abençoada a hora em que nasci

Continua

⁴⁴ Para uma pequena biografia desta autora veja-se, entre outros, Ilda Maria Assunção e Silva Soares Abreu, «Maria de Carvalho / Maria de Carvalho Ferreira», *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX)*, Direcção de Zília Osório de Castro e João Esteves, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 642-643.

Continuação do Quadro III

Autores recomendados	Livros recomendados
Rainha D. Amélia	Cartas de S. Majestade a Rainha D. Amélia a D. Manuel de Bastos Pina
D. José Luís de Almeida (Lavradio)	Memórias do 6.º Marquês do Lavradio
Elaine Sanceau	O sonho da Índia
Uma mãe cristã	Coisas da vida
Padre Martial Lakeaux	Maggy
Dr. Antero de Figueiredo	Pessoas de bem
Maria Paula de Azevedo	Terra pátria
Fernanda de Castro	Trinta e nove poemas
Olga de Morais Sarmento	As minhas memórias
Maria Madalena de Martel Patrício	Quando eu era pequenina
Berta Leite	O livro da menina
Nuno de Montemor	Encantos meus
Adolfo Simões Muller	Jesus pequenino
Costa Brochado	Fátima à luz da história
Branca Vasques Martinho	As oito bem-aventuranças
Maria Simões Anjos	Contos de Natal
Natércia Freire	Rio infindável
Maria da Graça Varela Cid	Manolete
Religiosas do Sagrado Coração de Maria	Vidas vivas
Mocidade Portuguesa Feminina	Contos premiados
Lloyd G. Douglas	A túnica
Conde de Sabugosa	A Rainha D. Leonor
Plínio Salgado	A vida de Jesus
Axel Munthe	O livro de San Michele
Nuno de Montemor	Glória e desengano do herói (Paiva Couceiro)
Cardeal Wiseman	Fabiola
Amália de Proença Norte	Grandes valores de Portugal
	Biografia de Marie Curie
Berthe Bernage	Moderno Manual de boa educação e civilidade
R. da Cunha	Dá o sol na minha janela
Vários autores	O Brasil e as suas riquezas
Tomás de Figueiredo	A toca do lobo
António Pereira Dias de Magalhães	Divina saudade
Carlos Maria Rey-Stolle Pedrosa	Carlos Maria, marinheiro e aviador
Padre Moreira das Neves	O anjo das três loucuras
Maria Jacobina Rebelo (Maróquina)	Branca de Gonta
Amália Proença Norte	Raça eterna

Fonte: *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina* (1941-1944); *Menina e Moça* (1947-1954).

A evolução económica e cultural do país parece justificar o maior cuidado a ter com as leituras femininas, com reflexos visíveis na relevância dada ao assunto na revista. Ainda que, no ano de 1950, cerca de metade da população portuguesa feminina fosse analfabeta (47,7%), essa percentagem tinha baixado relativamente à década de 1930, ano em que os recenseamentos acusavam valores da ordem dos 69,9%⁴⁵. Essa diminuição foi acompanhada pelo aumento do ingresso feminino nos diversos níveis do ensino, desde o primário ao universitário. Da década de 1930 à de 1950, o número de estudantes do sexo feminino passou, no ensino liceal, de 24,6% para 46,4% e, no ensino técnico, de 18,7% para 24,3%. Já no ensino superior, a percentagem de mulheres nas universidades públicas portuguesas passaria de 16,5%, nos anos 1940, para 24,9% na década seguinte, ou seja, em meados do século XX, as mulheres constituíam cerca de um quarto dos estudantes universitários⁴⁶.

Quanto à evolução económica, a maior parte dos autores tende a salientar o ingresso de Portugal, na década e 1950, na era do crescimento económico, pautado pelo arranque da electrificação e da moderna industrialização, enquadrado pela entrada em vigor do I Plano de Fomento (1953-1958)⁴⁷. Esse factor terá contribuído, provavelmente, para uma maior disponibilidade financeira com reflexos na aquisição de livros ou de outros bens culturais.

No que respeita aos livros recomendados nas revistas atrás mencionadas, os romances sentimentais estão praticamente ausentes. Predominam outros géneros literários: as biografias edificantes, tanto de individualidades da aristocracia (as rainhas D. Amélia ou D. Leonor, *Branca de Gonta Colaço...*), como de figuras, masculinas ou femininas, de uma história mitificada (*Maria, mãe de Jesus, Jesus, Marie Curie, Henrique, o Navegador...*), ou ainda de personalidades abnegadas, fiéis e devotamente católicas (*Maggy* ou, inclusive, individualidades que se destacaram, na Guerra Civil espanhola, do lado nacionalista, como é o caso de *Carlos Maria, marinheiro e aviador...*). Salientam-se, ainda, os livros de poemas marcadamente religiosos, os manuais de civildade ou as obras de preceitos de orientação moral.

No que toca ao romance «donde nós não tiramos proveito de Maior [...]», como se escrevia, em 1939, num dos números do *Boletim da MPF*, as sugestões fixam-se nas obras da escritora católica Berthe Bernage (1886-1972)⁴⁸, autora da longa série intitulada *Brigitte*, onde se narra a vida de

45 Irene Flunser Pimentel, *Contributos...*, 1.º vol., p. 113.

46 *Idem, ibidem*, pp. 114-116.

47 Fernando Rosas, «Portugal depois da Guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974)», *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. VII – *O Estado Novo (1926-1974)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 351-449, em especial, pp. 402-413.

48 [Fr.wikipedia.org/wiki/Berthe_Bernage](http://fr.wikipedia.org/wiki/Berthe_Bernage) (04-10-2010; 18.53).

Brigitte Hauteville desde a adolescência até à velhice (*Brigitte solteira, Brigitte e os seus amores, Brigitte mamã, Brigitte e o sorriso das crianças, Brigitte mulher moderna, Brigitte e os momentos difíceis...*)⁴⁹. Nesta longa saga, é feita a apologia do casamento, da submissão da esposa ao marido e enaltecida a maternidade como expressão da felicidade feminina. Os seus romances moralistas eram considerados «politicamente correctos» – «leituras boas» como então se escrevia –, por constituírem uma garantia de conformidade com princípios respeitáveis, indo ao encontro dos valores defendidos pela ideologia salazarista. Sugerem-se ainda alguns «romancinhos», ou seja, obras menores de autoras portuguesas⁵⁰, e pouco mais. A formação feminina, na lógica do Estado Novo, decididamente não passava pelo romance...

Neste quadro, todas as obras ou autores que pusessem em perigo o modelo da mulher dona de casa, esposa e mãe ou os valores tradicionais em vigor eram ostracizados, senão mesmo reprimidos. É, aliás, este o entendimento do regime político como o expressou claramente, em 1947, ao encerrar compulsivamente a «Exposição de livros escritos por mulheres», realizada pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947), associação feminista, ao tempo dirigida por Maria Lamas (1893-1983), cuja sede será selada nesse mesmo ano, passando a sua directora a ser severamente vigiada pela polícia política portuguesa⁵¹.

Conclusão

Interrogar as leituras femininas, as permitidas e as proibidas, assim como as formas do seu controlo e disciplina, as suas modalidades e os seus conteúdos é como que abrir uma «caixa de Pandora» que faz saltar, de imediato, os preconceitos que recaíam sobre a mulher.

Considerada uma menor, intelectual e psicologicamente, as suas leituras deveriam ser orientadas e, acima de tudo, evitados os romances sentimentais, o inimigo declarado, a quem era atribuída uma capacidade transfiguradora, capaz de afastar qualquer jovem dos seus deveres sociais, em especial domésticos. O romance corporiza o perigo da leitura no feminino, tanto no século XIX como no século XX, transcendendo as clivagens políticas.

No entanto, a ideologia republicana, pelo menos em termos teóricos, ao atribuir à mulher uma maior individualidade e ao equipará-la ao homem,

⁴⁹ Joana de Tavora Folque de Souto, «Berthe Bernage, escritora católica», *Boletim MPF*, n.º 60, Abril de 1944; Maria de Carvalho, «Leituras», *Menina e Moça*, n.º 44, Janeiro de 1950.

⁵⁰ É o caso da obra *Ar puro*, de Virgínia Lopes de Mendonça e *As oito bem-aventuranças*, de Branca Vasques Martins (Maria de Carvalho, «Leituras», *Menina e Moça*, n.º 5, Setembro de 1947; n.º 22, Fevereiro de 1949).

⁵¹ Maria Antónia Fiadeiro, *Maria Lamas. Biografia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2003, pp. 103-117; 136; Célia Rosa Batista Costa, *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma organização feminista*, Lisboa, Universidade Aberta, 2007, Dissertação de Mestrado, pp. 219-225.

na esfera do direito civil, introduziu algumas rupturas na forma de encarar o impacto do romance na condição feminina, sendo entendido como uma espécie de escola de civilidade, abrindo-lhe horizontes desconhecidos. São, contudo, em número restrito, aqueles que assim o consideram. A I República, apesar de admitir que a sociedade conjugal se baseia na liberdade e na igualdade entre as partes, não tocou seriamente na supremacia masculina, ao impor, como obrigação da mulher, «o governo doméstico e uma assistência moral tendente a fortalecer e a aperfeiçoar a unidade familiar», como se explicita no art. 39.º das Leis da Família e do Descanso Semanal, publicadas pelo I Governo Provisório. As próprias atitudes equalizantes das feministas e os esboços de um movimento emancipador das mulheres suscitaram receios desmedidos de inversão dos tradicionais papéis de género no seio do casal e de desorganização da ordem familiar.

Com a ascensão do Estado Novo, a partir do ano de 1933, reactualizam-se os velhos preconceitos sobre a mulher, num contexto de orientação autoritária das leituras femininas. Os livros permitidos são condicionados à ideologia oficial e os proibidos, mais do que nunca, afastados das estantes das mulheres. Contudo, o romance sentimental como forma de divertimento e de evasão vai fazendo o seu caminho e a linha separadora entre livros para raparigas e livros para rapazes vai-se misturando, no sentido de os livros proibidos se tornarem cada vez mais permitidos...